



## Um zero a mais

25 JUN 1994

Congresso Nacional  
ESTADO DE SÃO PAULO

Um inédito milagre da multiplicação, não de peixes mas de entidades beneficiadas escandalosamente com dinheiro público, ocorreu na semana passada em Brasília. Como não poderia deixar de ser, o cesto em

que o *milagre* nasceu, cresceu e depois rendeu bons frutos, é claro, foi o Congresso Nacional. Mais uma vez, o *modus faciendi* da falcatura beira o inacreditável: o texto da Medida Provisória 501, au-

torizando que entidades filantrópicas de assistência social continuem a receber recursos do governo, até o fim deste ano, sem comprovar a regularização dos débitos com o INSS, foi alterado. Qualquer *Cândido* de plantão diria ser esta exatamente a função de uma respeitável Casa de Leis. Neste caso, porém, a alteração no texto final ocorreu apenas e tão-somente depois dele aprovado! Ou seja, os senhores deputados e senadores aprovaram uma coisa e foi publicada outra!

É verdade que a diferença é mínima: trata-se de apenas um zero e uma palavra. No texto apenas aprovado o número de entidades filantrópicas beneficiadas era de 2.500; o publicado operou o milagre da multiplicação saltando o benefício para 25.000. Depois, a adição de apenas uma *palavrinha* permitiu o resto da felicidade: atrás da palavra "saúde" chegaram uma infinidade de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde que, além de não terem qualquer função filantrópica, devem — e muito — ao combalido INSS. Todas essas entidades, com a alteração — santa *palavrinha* — passam automaticamente a receber benefícios. Indiscriminadamente.

Tudo seguiria em frente, na paz dos arquivos esquecidos e dos cofres abertos se o deputado Eduardo Jorge não notasse a extensão dos beneficiados. Feita a competente denúncia, aí sim é que tudo ficou pior: o relator da MP, deputado Arnaldo Faria de Sá, do PPR paulista, foi à tribuna para eximir-se de qualquer responsabilidade garantindo ter lido "uma coisa", mas "me deram outra para assinar"; não precisava ter completado, mas o relator não se furtou:

**O texto da MP aprovada foi alterado no Congresso e ninguém sabe quem foi**

"Não sei quem mudou". O discurso na tribuna só não foi pior do que a carta que S. Sa. enviou ao presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, reafirmando que o seu texto manteve o acordo que permitiu a votação da MP; isto

é, o que é aprovado pode não ser o publicado e quem assina não sabe o que aconteceu! Por quê? Será que todo mundo, ou qualquer um, mexe nos textos dos senhores parlamentares? Ninguém nota? E,

quando nota, ninguém nem sabe o que ocorreu? A gráfica do Senado obedece a quem? A Assessoria Legislativa, responsável pela preparação dos documentos encaminhados à Mesa, não tem nenhum responsável? Ou o citado responsável apenas "cumprir ordens" de quem estava autorizado para tanto e exatamente por isso o relator, prudente e experiente, apressou-se a garantir pleno desconhecimento de quem alterou o texto?

Tudo seria apenas trágico se um rompante do deputado denunciante não emprestasse um certo tom cômico a todo *affair*, primeiro, o deputado Eduardo Jorge bradou pela necessidade de "apurar e saber quem foi o responsável"; depois, quase num insulto à inteligência do eleitor, asseverou o vigilante parlamentar: "Requeremos a abertura de inquérito". Antes de mais nada cabe a pergunta: quantos "inquéritos" já foram abertos no Congresso Nacional? Com que resultados? Justo nesta semana, quando se somaram, às absolvições de *condenados* pela célebre CPI do Orçamento, ponderadas denúncias de que até o julgamento de alguns dos acusados foi fraudado, o rompante do deputado provoca compaixão. Para quem o deputado Jorge pretende dirigir o seu pedido? Ao presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, que apesar das evidências dos dez envelopes de votação adulterados no julgamento do deputado Daniel Silva já garantiu sua pretensão de "não investigar, nem anular" a sessão porque já o fez e nada encontrou? Ao presidente do Senado, aquele que plagiou a nota da Embaixada do Canadá — no caso dos seqüestradores condenados — e depois "descobriu" que a culpa era "da secretária"?